



Lisbon School
of Economics
& Management
Universidade de Lisboa

MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO

**O BRASIL E A COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL COM A AMÉRICA
LATINA: ESTUDO DE CASO DO CBMDF NA PROTEÇÃO CIVIL**

FÁBIO MOREIRA SILVA

OUTUBRO - 2024

**MESTRADO EM
DESENVOLVIMENTO E COOPERAÇÃO
INTERNACIONAL**

**TRABALHO FINAL DE MESTRADO
DISSERTAÇÃO**

O BRASIL E A COOPERAÇÃO TÉCNICA SUL-SUL
COM A AMÉRICA LATINA: ESTUDO DE CASO DO
CBMDF NA PROTEÇÃO CIVIL

FÁBIO MOREIRA SILVA

ORIENTAÇÃO:

PROFESSOR DOUTOR MANUEL ANTÓNIO DE MEDEIROS
ENNES FERREIRA

OUTUBRO - 2024

LISTA DE SIGLAS

- ABC – Agência Brasileira de Cooperação.
- AOD – Ajuda Oficial ao Desenvolvimento.
- APC – Agência Presidencial de Cooperação.
- APD – Ajuda Pública para o Desenvolvimento.
- ASCOP – Assessoria para Acordos de Cooperação.
- CAD – Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento.
- CBMDF – Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.
- CID - Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.
- CNS – Cooperação Norte Sul.
- CSS – Cooperação Técnica Sul-Sul.
- CT – Cooperação Técnica.
- CTI – Cooperação Técnica Internacional.
- CTPD – Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento.
- DNBC – Direção Nacional dos Bombeiros da Colômbia
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano.
- INSARAG – *International Search and Rescue Advisory Group.*
- JICA – *Japan International Cooperation Agency.*
- OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
- OCHA – *Office for the Coordination of Humanitarian Affairs.*
- ONU – Organização das Nações Unidas.
- PABA – Plano de Ações de Buenos Aires.
- PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- SUBIN – Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional.
- USAR – *Urban Search and Rescue.*

RESUMO

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento é imprescindível para as relações internacionais e para o progresso socioeconômico global, possibilitando encontrar soluções para as questões problemáticas.

A evolução econômica brasileira possibilitou que mesmo sendo um país receptor de ajuda, se tornasse um país provedor de cooperação, utilizando suas instituições consolidadas para repassar, por meio da Cooperação Técnica Sul-Sul, seus conhecimentos e boas práticas, visando fortalecer as capacidades institucionais de países parceiros.

Com isso, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal foi convidado para participar de programas de Cooperação Técnica Sul-Sul com instituições de países, principalmente da América Latina, com objetivo de aumentar suas capacidades de resposta às emergências.

Para este trabalho foi realizada uma reflexão sobre a cooperação envolvendo o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e as instituições do Haiti, El Salvador, Nicarágua e Colômbia, com objetivo de apontar os benefícios oriundos dessa cooperação e propor melhorias para que sejam alcançados melhores resultados.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Cooperação Técnica Sul-Sul, América Latina, Capacitação Institucional, Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal.

ABSTRACT

Development International Cooperation is essential for international relations and global socioeconomic progress, enabling the search for solutions to problematic issues.

Brazil's economic evolution has made it possible for the country, despite being a recipient of aid, to also become a provider of cooperation. Through South-South Technical Cooperation, Brazil has used its well-established institutions to share knowledge and best practices, aiming to strengthen the institutional capacities of partner countries.

As part of this effort, the Military Fire Department of the Federal District was invited to participate in South-South Technical Cooperation programs with institutions in countries, primarily in Latin America, with the goal of enhancing their emergency response capabilities.

This study reflects on the cooperation between the Military Fire Department of the Federal District and institutions in Haiti, El Salvador, Nicaragua, and Colombia, aiming to highlight the benefits of this cooperation and propose improvements to achieve better outcomes.

KEYWORDS: Development International Cooperation, South-South Technical Cooperation, Latin America, Institutional Capacity Building, Military Fire Department of the Federal District.

ÍNDICE

Lista de siglas	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
índice	iv
Lista de Tabelas	v
Agradecimentos	vi
1. Introdução	7
2. Referencial teórico	8
2.1. Histórico sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	8
2.2. A Cooperação Sul-Sul	11
2.3. A Cooperação brasileira	15
3. Histórico de Cooperação do CBMDF	18
3.1. Histórico do CBMDF	18
3.2. A Cooperação Técnica do CBMDF.....	19
4. Estudo de Caso	29
4.1. Haiti	29
4.2. El Salvador	30
4.3. Nicarágua	32
4.4. Colômbia	33
5. Reflexão.....	37
6. Conclusão.....	39
Bibliografia.....	42
Anexo	46

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Objetivos da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento segundo o Plano de Ação de Buenos Aires.

TABELA 2 – Diretrizes da Cooperação Técnica brasileira

TABELA 3 – Projetos de CTI executados pelo CBMDF

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha família, em especial, a minha esposa Ana Cristina Rabelo Paiva e meus filhos João Vitor Paiva Moreira e Gabriel Paiva Moreira, que sempre me apoiaram nessa jornada e encararam, com muita coragem, os desafios de morar em outro país.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Manuel Ennes Ferreira, pelo apoio e auxílio durante a realização deste trabalho e pelos valiosos conhecimentos transmitidos aos alunos no decorrer do Mestrado.

Agradeço ao Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal pela oportunidade ímpar de frequentar o Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa.

Por fim, gostaria de agradecer aos docentes do ISEG, com os quais tive o privilégio de aprender uma gama de conteúdos em diversas disciplinas e de compartilhar o retorno à vida académica com meus colegas de classe.

1. INTRODUÇÃO

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) é considerada uma área de vital importância para as relações internacionais, gerando efeitos positivos sobre o desenvolvimento socioeconômico num cenário global e podendo alavancar a capacidade de um país em sanar suas questões problemáticas.

O objetivo desta dissertação é a Cooperação técnica Sul-Sul (CSS) brasileira, mais especificamente a realizada pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), juntamente com instituições responsáveis pelos atendimentos às emergências em países, principalmente da América Latina.

Com objetivo de contextualizar este estudo, será realizado um aporte teórico sobre a evolução da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, iniciado no plano de reconstrução da Europa no Pós Segunda Guerra até o surgimento de uma cooperação entre países em desenvolvimento e onde as partes buscam soluções para seus problemas com a utilização de uma cooperação horizontal, isenta de condicionalidades e priorizando a transferência de conhecimentos.

O Brasil historicamente foi um receptor de ajuda internacional, porém essa realidade foi sendo alterada nas últimas décadas onde a cooperação brasileira, com o intuito de elevar a condição geopolítica no cenário internacional, passou a prover ajuda, principalmente aos países da América Latina, sendo muito utilizada a modalidade de Cooperação Técnica (CT), onde são transmitidos conhecimentos necessários para reforçar as suas capacidades institucionais e humanas. Neste quadro e no âmbito deste trabalho, o centro da análise gira em torno das experiências vivenciadas pelo CBMDF na área da cooperação técnica, onde várias instituições responsáveis pelos atendimentos às emergências em seus países, solicitaram ajuda no sentido de fortalecer suas qualificações, por meio de transferências de conhecimentos e de boas práticas.

De entre as experiências de cooperação vivenciadas pelo CBMDF, foram escolhidos quatro casos para um estudo mais específico, onde dois deles encontraram obstáculos que impediram a cooperação de ser realizada em sua plenitude e dois casos onde puderam ser observados excelentes resultados no processo de cooperação.

Será realizada uma reflexão do estudo de cada caso, onde a cooperação técnica realizada pelo CBMDF será confrontada com os objetivos e diretrizes da CSS, visando demonstrar que se a parte teórica não for devidamente observada durante a construção do projeto de cooperação, poderá acarretar consequências no comprometimento dos resultados a serem alcançados.

Para atender à concretização desta dissertação, a estrutura do trabalho está dividida em quatro partes, sendo a primeira um enquadramento teórico sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a segunda está focada nas experiências de cooperação vivenciadas pelo CBMDF, a terceira parte centra-se na apresentação mais específica de quatro exemplos peculiares de cooperação bilateral e onde será aprofundada a análise e, por fim, será realizada uma reflexão desses casos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A seguir será descrita a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, sobre um panorama histórico e evolutivo, considerando sua origem no período pós Segunda Guerra Mundial, abordando o surgimento e os objetivos da Cooperação Sul-Sul e como o governo brasileiro maneja sua cooperação.

2.1. Histórico sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) pode ser conceituada como sendo as ações e atividades que visam o desenvolvimento socioeconômico em um contexto internacional, sendo realizadas por atores públicos ou privados, abarcando termos como Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (AOD), Cooperação Norte Sul (CNS), Cooperação Sul-Sul (CSS), Cooperação Técnica (CT) entre outros, tendo como prioridade as transferências de boas práticas e de conhecimentos, as doações, os fornecimentos de créditos subsidiados e o perdão de dívidas.

A CID é um instrumento relativamente antigo nas relações internacionais, podendo ser considerada sua origem no período do pós Segunda Guerra Mundial, com a criação do Plano Marshall, que visava ajudar na reconstrução da Europa (Pessina, Coelho, Fadul, & Monteiro, 2022; Salinas, 2022; e Ferreira, Hoirisch, Fonseca, & Buss, 2016).

O Plano Marshall pode ser considerado o primeiro grande programa de CID, com o objetivo de reerguer economicamente o continente europeu que estava devastado com a Segunda Guerra Mundial, sendo disponibilizado um pacote financeiro substancial de aproximadamente 13 bilhões de dólares entre 1948-51, o equivalente à 132 bilhões de dólares em 2020, para os países que faziam parte da Organização para Cooperação Econômica Europeia, entidade que deu origem à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no ano de 1961 (Salinas, 2022; Oran & Azer, 2021 e Lassance, 2021).

Um dos objetivos do Plano Marshall era o de impedir que os países da Europa Ocidental se tornassem comunistas. Vários mecanismos e objetivos acabaram sendo estabelecidos e que contribuíram para a criação da ideia da Ajuda Pública para o Desenvolvimento (APD) no sistema internacional, criando um conjunto de princípios e procedimentos que auxiliaram, posteriormente, na concepção de programas de ajuda econômica em larga escala para serem utilizados em países considerados subdesenvolvidos (Salinas, 2022 e Souza, 2014).

Outro fator essencial para a continuidade da CID, em um panorama mais global, foram os processos de descolonização, onde surgiram demandas por assistências e, com a disputa ideológica da Guerra Fria, observa-se o movimento dos países aliados dos Estados Unidos, no sentido de prestarem ajudas às suas antigas colônias, visando manterem suas influências na região (Salinas, 2022; Ayllón, 2006; e Unceta & Gutiérrez-Goiria, 2018).

Em 1961 foi criado o Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD), sendo o principal palco de discussão em que os países doadores, membros da OCDE, tratam das suas práticas de CID, visando estabelecerem parâmetros comuns e transmitirem seus volumes de APD, possibilitando mensurar os fluxos de ajuda entre os países doadores (industrializados ou do norte) e os países em desenvolvimento (receptores ou do Sul)¹. Com isso surgiu o conceito da APD, onde no início dos anos 70, na Resolução de número 2626 da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi estabelecida a meta de

¹ Atualmente, dada a dinâmica diferenciada de desenvolvimento dos países em desenvolvimento, vários dos integrantes do Sul Global são também eles doadores (exemplo da China, Índia, Brasil, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, África do Sul, etc.) mesmo que continuem a ser igualmente receptores de APD.

doação em 0,7% do Rendimento Nacional Bruto (ONU, 1971). Por meio de reuniões periódicas, foram produzidas recomendações para alinhar as cooperações fornecidas pelos membros da OCDE e monitorar se os compromissos estão sendo cumpridos (Salinas, 2022).

Vale ressaltar que os termos Norte e Sul Global não estão vinculados a uma questão geográfica, mas sim aos conjuntos de países considerados desenvolvidos e em desenvolvimento, substituindo as expressões Primeiro e Terceiro Mundo ou subdesenvolvidos e que eram utilizadas para designar os países no período pós-descolonização. Contudo, com os anos, os países em desenvolvimento passaram a criticar os princípios estabelecidos pelo CAD/OCDE acusando-os de alimentarem as desigualdades do sistema internacional, onde a relação assimétrica com relação à economia se tornaria uma hierarquia política, favorecendo-os nas tomadas de decisões nas organizações internacionais e distanciando cada vez mais o Norte do Sul, pois a cooperação era baseada nos interesses dos doadores e não nos interesses dos beneficiários.(Salinas, 2022).

No entanto, a Agenda para o Desenvolvimento foi-se adaptando e refletindo as novas condições da cooperação internacional, incluindo o fim da Guerra Fria, a globalização da economia e das finanças mundiais, o aumento da interdependência e da vulnerabilidade mútua e o impacto destes processos nos países em desenvolvimento. Com isso, foram formulados objetivos para reforçar a CID e promover o desenvolvimento através de uma abordagem integrada (Larionova & Safonkina, 2018).

Finalmente e quanto às características gerais da CID, Afonso e Fernandes (2005) realizam uma divisão em quatro categorias fundamentais: em primeiro lugar quanto à sua origem, podendo ser pública, ao serem utilizados recursos governamentais, ou privada, quando é financiada por empresas, organizações não governamentais ou indivíduos; em segundo lugar, ao observar os canais de execução, a cooperação pode ser bilateral, quando tem apenas dois países envolvidos ou multilateral, quando a cooperação é feita através de uma organização/instituição internacional; em terceiro lugar, ao observar o nível de desenvolvimento dos países envolvidos, a cooperação poderá ser classificada como Norte-Sul ou vertical, Sul-Sul ou horizontal ou Norte-Sul-Sul ou triangular; por fim, ao observar os instrumentos utilizados, a cooperação será

classificada como Cooperação Técnica, Cooperação Financeira, Assistência Humanitária, etc.

2.2. A Cooperação Sul-Sul

Com relação à CSS, o comitê das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul define como sendo “um esforço comum dos povos e países do Sul, nascido de experiências e simpatias partilhadas, baseado nos seus objetivos comuns e na solidariedade, e guiado, entre outros, pelos princípios do respeito pela soberania e propriedade nacionais, livres de quaisquer condicionalidades”, e onde dois ou mais países em desenvolvimento partilham através de intercâmbios de conhecimentos, competências, recursos e conhecimentos técnicos e através de ações coletivas buscam alcançar seus objetivos de desenvolvimento (Morvaridi & Hughes, 2018 e ONU, 2024).

No mesmo sentido, dentro do sistema de CID, a CSS apresenta-se como uma modalidade de cooperação horizontal e alternativa, baseada nos princípios da equidade, do não intervencionismo e da solidariedade, sendo materializada por meio de transferência técnica, troca de experiências, programas, arranjos políticos e boas práticas. Mas igualmente apoio financeiro (Morasso & Lamas, 2020 e Diko & Sempijja, 2020).

Historicamente podem ser indicados três importantes marcos que ajudaram na criação de uma identificação comum entre os países do sul global e que são considerados como embriões da CSS: o discurso do presidente americano Harry Truman, em 1949, onde se comprometeu em resolver os problemas das regiões subdesenvolvidas, demonstrando de certa forma, uma semelhança entre esses países; o segundo marco foi a Conferência Afro-Asiática de Bandung, realizada em 1955, realizada somente com 29 países em desenvolvimento recém independentes; e por fim, a conferência de Belgrado, em 1961, com a criação formal do Movimento dos Não Alinhados, objetivando representar os interesses dos países em desenvolvimento que defendiam a necessidade de maior autonomia em uma realidade de Guerra Fria (Salinas, 2022; Birn, Muntaner & Afzal, 2017; e Baranyi, Feldmann & Bernier, 2015).

Com objetivo de conquistar maior influência no sistema internacional, os países em desenvolvimento utilizaram a Conferência de Bandung para estabelecerem alguns princípios norteadores de uma cooperação solidária entre os países do sul global,

com objetivo de promover um desenvolvimento socioeconômico e o rompimento das relações de dependência política e econômica com seus antigos colonizadores (Birn, Muntaner & Afzal, 2017 e Morvaridi & Hughes, 2018).

Anos mais tarde, outro momento importante foi a criação de um grupo de trabalho pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1972, para discutir a assistência técnica entre os países em desenvolvimento, criando, dois anos depois, uma Unidade Especial para Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, vinculada ao Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tornando-se o ponto de referência da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento (CTPD) na ONU (Pino, 2014).

Em 1978, sob a tutela do sistema ONU, foi realizada uma reunião, com a participação de 138 países na capital da Argentina, tendo como legado o Plano de Ações de Buenos Aires (PABA), aprovado segundo a resolução nº 22/134 de 19 de dezembro do mesmo ano, onde foram estabelecidos os conceitos e as diretrizes da CTPD, sendo elas: ser um processo estabelecido entre governos, podendo contar com a participação de organizações públicas ou privadas; não dever substituir a Cooperação Norte-Sul; e serem observadas as soberanias dos países, a independência econômica e a igualdade de direitos (Brun, 2018 e Ferreira, Hoirisch, Fonseca, & Buss 2016).

Tabela 1. Objetivos da Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento segundo o Plano de Ação de Buenos Aires.

1º	Promover a capacidade dos países em desenvolvimento de usar seus próprios meios, aumentando sua capacidade criativa para encontrar soluções para problemas de desenvolvimento de acordo com seus próprios valores, aspirações e necessidades especiais;
2º	Promover e fortalecer entre os países em desenvolvimento a capacidade coletiva de usar seus próprios meios, trocar experiências, compartilhar e usar seus recursos técnicos de maneira combinada e desenvolver capacidades complementares;
3º	Fortalecer a capacidade dos países em desenvolvimento para identificar e analisar os principais problemas encontrados no seu desenvolvimento e para desenvolver as estratégias necessárias para abordar as relações econômicas internacionais, através da partilha de conhecimento que está disponível nesses países e por estudos conjuntos realizados por instituições existentes, com vistas a estabelecer a nova ordem econômica internacional;
4º	Aumentar o volume e melhorar a qualidade da cooperação internacional e aumentar a eficácia dos recursos destinados à cooperação técnica geral por meio da união de capacidades;
5º	Fortalecer a capacidade técnica nos países em desenvolvimento, incluindo o setor tradicional, aumentar a eficiência com que a capacidade é utilizada para criar novas capacidades e possibilidades, e, neste contexto promover a transferência de tecnologia e conhecimentos adequados para os recursos disponíveis para aqueles países e seu potencial de desenvolvimento, de modo que sua confiança individual e coletiva seja fortalecida em suas próprias capacidades;
6º	Aumentar e melhorar a comunicação entre os países em desenvolvimento, levando a uma maior conscientização dos problemas comuns e maior acesso aos conhecimentos e experiências disponíveis, bem como à criação de novos conhecimentos para lidar com os problemas de desenvolvimento;
7º	Melhorar a capacidade dos países em desenvolvimento de absorver e adaptar a tecnologia e os conhecimentos necessários para atender às suas necessidades específicas de desenvolvimento;
8º	Reconhecer e resolver os problemas e necessidades dos países menos desenvolvidos, sem litoral, insulares e mais afetados;
9º	Assegurar que os países em desenvolvimento estejam em posição de alcançar um maior grau de participação nas atividades econômicas internacionais e expandir a cooperação internacional.

Fonte: Plano de Ação de Buenos Aires (1978).

Com auxílio das Nações Unidas, a Conferência de Buenos Aires é considerada um marco da institucionalização da CTPD, possibilitando os países em desenvolvimento estabelecerem um sistema de cooperação em que fossem respeitadas as prioridades de cada país, enfatizando a construção de capacidades e possibilitando alcançar autossuficiência nacional (Morvaridi & Hughes, 2018 e Birn, Muntaner & Afzal, 2017).

Já neste século, em 2003, a Assembleia Geral da ONU substituiu o termo “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento” por “Cooperação Sul-Sul”, definindo o dia 19 de dezembro como sendo o “Dia das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul” sendo designada a Unidade Especial de Cooperação Sul-Sul do PNUD, a responsável por tratar dos assuntos da CSS. (Pino, 2014, p. 68).

Em 2008, o Fórum de Alto Nível de Eficácia da Ajuda, realizado no Gana, assume como legado o Programa de Ação de Acra que reconhece, em seu parágrafo 19, o papel dos países de renda média como doadores de ajuda e enfatiza a importância das contribuições da CSS e sua complementaridade à CNS. (Brun, 2018 e Gomes & Esteves, 2018).

No ano seguinte é realizada a Conferência de Alto Nível de Nairobi, sendo reafirmados os compromissos adotados em 1978 no PABA, e enfatizando que a CSS não deve ser vista como uma modalidade de ajuda, mas como uma expressão de solidariedade, estimulando os países em desenvolvimento a promoverem ainda mais a CSS com a participação de múltiplas partes interessadas, incluindo organizações não governamentais, o setor privado, a sociedade civil, instituições acadêmicas e outros agentes que contribuem para o enfrentamento dos problemas, possibilitando atingir os objetivos de desenvolvimento de acordo com as estratégias e planos nacionais de desenvolvimento (Huitrón, 2021).

Em 2011, um outro marco foi a realização do Fórum de Alto Nível sobre Eficácia da Ajuda em Busan, Coreia do Sul. Aí foi reconhecido o caráter voluntário da CSS e a adesão ao termo “parceria global”, sendo um contraponto à cooperação tradicional realizada entre os países ricos e os governos pobres (Morvaridi & Hughes, 2018).

Ficou definido que, na prática da CSS, deve ser levada em consideração a apropriação nacional, tal como os princípios fundamentais da horizontalidade, do respeito pela soberania nacional, da não condicionalidade, da não interferência nos assuntos internos e do benefício mútuo, para orientar a gestão das ações colaborativas entre os países do Sul Global (Huitrón, 2019 e Moreira, 2020).

Corroborando com a ideia, a CSS é caracterizada pelos princípios da horizontalidade, reciprocidade ou aprendizagem bidirecional, igualdade, solidariedade, benefício mútuo, consenso nas demandas orientadoras dos projetos, não interferência, ausência de condicionalidades, maior flexibilidade de execução, apropriação, promoção da autossuficiência, empatia e melhor compreensão através do compartilhamento de experiências e necessidades semelhantes na busca pelo desenvolvimento (Brun, 2018).

2.3. A Cooperação brasileira

Com relação ao Brasil, em 1950, foi criada a Comissão Nacional de Assistência Técnica, sendo considerada o embrião do primeiro sistema de cooperação técnica internacional brasileiro, com a responsabilidade de selecionar as demandas de ajuda técnica do exterior, solicitadas por instituições brasileiras (ABC, 2024a).

Ao longo dos anos, foram criados alguns órgãos para gerenciar e coordenar a assistência técnica recebida pelo Brasil, fato que impedia o alcance de resultados satisfatórios no setor. Com isso, o governo brasileiro, em 1969, e com o objetivo de centralizar a cooperação recebida, criou a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), ficando responsável pela formulação da política de cooperação técnica alinhada com o plano de governo, buscando aumentar a efetividade das ações de cooperação recebida pelo Brasil (Puente, 2010, p. 102).

Com o passar dos anos, foram sendo acumuladas diversas experiências como receptor de cooperação técnica, fato que proporcionou, na década de 70, a execução das primeiras ações como fornecedor de cooperação técnica, principalmente para países de África e da América Latina, sendo coordenadas pela SUBIN e servindo de ferramentas para o fortalecimento da política externa brasileira (Puente, 2010, p. 103).

Com o objetivo de substituir a SUBIN, o Decreto 94.973 de 25 de setembro de 1987 criou a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) subordinada ao Ministério de

Relações Exteriores e ficando responsável pela gestão da cooperação brasileira e com as seguintes competências:

planejar, coordenar, negociar, aprovar, executar, acompanhar e avaliar, em âmbito nacional, programas, projetos e atividades de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, recebida de outros países e organismos internacionais e aquela entre o Brasil e países em desenvolvimento, incluindo ações correlatas no campo da capacitação para a gestão da cooperação técnica e disseminação de informações (ABC, 2024a).

A ABC foi organizada para coordenar a cooperação recebida, bilateral e multilateral e a CTPD. Contudo, no período entre os anos 2003 e 2010, durante o governo do presidente Lula, ocorreu a intensificação das relações do Brasil com os países em desenvolvimento, ampliando a Cooperação Sul-Sul como forma de aumentar a influência internacional no campo geopolítico e angariar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, considerado, na época, uma das prioridades da política externa brasileira (Hochstetler & Inoue, 2019).

Tratando de Cooperação para o Desenvolvimento, deve ser observada com atenção a vertente da Cooperação Técnica (CT) a qual, segundo a ABC, é caracterizada como:

uma intervenção temporária, destinada a promover mudanças qualitativas e/ou estruturais em um dado contexto socioeconômico, de forma a sanar ou minimizar problemas específicos identificados naquele âmbito, bem como para explorar oportunidades e novos paradigmas de desenvolvimento. A materialização dessas mudanças dá-se por meio do desenvolvimento de capacidades de instituições/entidades e de indivíduos. Essa nova capacidade, por sua vez, poderá direcionar-se à apropriação de conhecimentos por segmentos da população, ao aperfeiçoamento da ação finalística de instituições públicas e entidades privadas, bem como a intervenções de desenvolvimento em áreas geográficas pré-determinadas. (ABC, 2024b, p. 5).

A Cooperação Técnica brasileira deve ser pautada pelos princípios da horizontalidade, atendendo às prioridades nacionais, pela governança conjunta das atividades, pela ausência de condicionalidade e levar em consideração as capacidades já existentes dos países parceiros, com o objetivo de desenvolver as capacidades institucionais dos países beneficiários (ABC, 2024b).

A ABC trabalha com o termo Cooperação Técnica Sul-Sul como sendo “um instrumento privilegiado para o adensamento das relações do Brasil com outros países, com ênfase na integração política, econômica e social” promovendo “o intercâmbio horizontal de conhecimentos e experiências originados nos países em desenvolvimento cooperantes” e de “compartilhar lições aprendidas e práticas exitosas disponíveis no

Brasil, geradas e testadas para o enfrentamento de desafios similares ao desenvolvimento socioeconômico”. Deste modo, o objetivo é o de “desenvolvimento de capacidades, entendido como a identificação, mobilização e expansão de conhecimentos e competências disponíveis no país parceiro, com vistas à conquista da autonomia local para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento” (ABC, 2013, p. 2).

Tabela 2. Diretrizes da Cooperação Técnica brasileira

<ul style="list-style-type: none"> • Alinhamento às prioridades nacionais de desenvolvimento, independentemente se as instituições proponentes de iniciativas de CT integram ou não a administração pública;
<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase em iniciativas com impacto nacional ou regional, sempre que possível.
<ul style="list-style-type: none"> • Prioridade a propostas com maior potencial de disseminação de conhecimento
<ul style="list-style-type: none"> • Presença de elementos demonstrativos da sustentabilidade dos resultados de uma iniciativa de cooperação técnica internacional, em seus diferentes formatos.
<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase no desenvolvimento de capacidades por meio da transferência e absorção de conhecimentos que se integrem às práticas das instituições brasileiras e que possam ser posteriormente multiplicados, paralelamente ao estabelecimento de condições para a inovação e a criação futuras. ;
<ul style="list-style-type: none"> • Ênfase nas iniciativas que integrem os componentes básicos da cooperação técnica internacional, ou seja: transferência de conhecimento/tecnologia, capacitação de recursos humanos e aquisição de equipamentos, conforme necessidades específicas e de acordo com a modalidade de execução de projetos adotada em cada caso.
<ul style="list-style-type: none"> • Preferência por propostas em que esteja discriminada a contrapartida mobilizada pelo beneficiário nacional e pelo parceiro externo, em termos técnicos e financeiros, de acordo com a modalidade de execução de projetos adotada em cada caso.
<ul style="list-style-type: none"> • Preferência por iniciativas que provoquem um adensamento de relações e abram perspectivas à cooperação política, comercial e econômica entre o Brasil e os países desenvolvidos ou em desenvolvimento. Na esfera multilateral, dar ênfase a iniciativas inspiradas nos princípios do multilateralismo, universalidade no tocante ao acesso aos mecanismos de cooperação internacional e neutralidade.
<ul style="list-style-type: none"> • No âmbito específico da cooperação técnica do exterior para o Brasil na modalidade bilateral, suas diretrizes consistem em: relação horizontal entre os parceiros (desde os Governos centrais até o nível de coordenação executiva de projetos); formulação conjunta de estratégias de cooperação e dos programas e de projetos delas derivados; criação de condições para fomentar a apropriação pelo lado brasileiro; clareza e compromisso com relação ao aporte técnico pré-negociado; além de transparência quanto ao montante financeiro equivalente ao aporte técnico, sem imposição de condicionalidades pela fonte parceira externa.

Fonte: Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral (ABC, 2024b).

O Brasil passou de um país receptor de cooperação para um país doador de CSS. Tal como ocorre com os outros países do CAD ou doadores emergentes, o Brasil tem a sua agenda de política externa e utiliza a cooperação para o desenvolvimento como uma ferramenta para alcançar seus objetivos, mais centrada na América Latina, onde pretende se tornar a principal potência na regional, da mesma forma trabalha a cooperação no continente africano, com objetivo de alcançar uma afirmação global (Semrau & Thiele, 2016 e Ayllón, 2006).

3. HISTÓRICO DE COOPERAÇÃO DO CBMDF

O presente capítulo vai apresentar as experiências do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) com a Cooperação Técnica Internacional (CTI), onde várias solicitações de ajuda, para capacitação de membros de instituições responsáveis por atendimentos às emergências, surgiram logo após o fatídico terremoto em 2010 no Haiti, sendo que a grande maioria dos pedidos partiu de países da América Latina, ressaltando que os projetos de cooperação, citados nesse estudo, foram intermediados e coordenados pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC) sendo planejados e executados pelo CBMDF.

3.1. Histórico do CBMDF

Criado pelo Decreto Imperial nº 1.775 e assinado por sua Majestade o Imperador Dom Pedro II, filho de Dom Pedro I do Brasil ou Dom Pedro IV de Portugal, promulgado no dia 2 de julho de 1856, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) foi estabelecido originalmente no Estado do Rio de Janeiro, sendo que no ano de 1960, após a fundação da nova capital do país (Brasília), ele foi transferido para o Distrito Federal, com base na Constituição Federal Brasileira (CBMDF, 2024a).

O CBMDF conta atualmente com o efetivo de aproximadamente seis mil bombeiros militares imbuídos de cumprir a missão de proteção de vidas, patrimônio e meio ambiente, estando preparados para exercerem as atividades de prevenção, combate e investigação de incêndios urbanos e florestais, busca e salvamento, atendimento pré-hospitalar e ações de defesa civil, no âmbito do Distrito Federal, previstas na Constituição Federal, em seu artigo 144 e pela Lei Federal nº 12.086/2009 (CBMDF, 2024b).

Para cumprir as atribuições previstas em lei, o CBMDF capacita seus integrantes por meio de cursos de formação e de especialização, sendo que os cursos de formação têm como objetivo dotar seus concludentes com as habilidades necessárias para exercerem as funções de acordo com o grau hierárquico que almejam alcançar. Já os cursos de especialização são responsáveis por munir os integrantes da corporação de conhecimentos técnicos e habilidades necessárias para desempenharem as atividades, principalmente as operacionais, em que o CBMDF é responsável.

O serviço de atendimento às emergências é muito dinâmico, no sentido em que existem muitas inovações técnicas, visando maior segurança e eficiência no desenvolvimento das atividades. Para isso, o CBMDF investe na busca da melhoria dos serviços prestados, com o aprimoramento técnico do corpo de instrutores da corporação, fazendo com que participem de atividades de Cooperação Técnica (CT) onde busquem o que há de mais avançado na atualidade, adaptando estes conhecimentos à realidade da corporação e multiplicando tal conhecimento aos demais integrantes do CBMDF.

3.2. A Cooperação Técnica do CBMDF

No final da década de 1970, o CBMDF firmou o seu primeiro convênio com uma entidade de cooperação estrangeira, com a *Japan International Cooperation Agency* (JICA), onde estavam previstas diversas atividades de cooperação com os bombeiros japoneses, resultando em um grande avanço técnico profissional dos bombeiros do Distrito Federal, principalmente nas áreas de salvamento, de combate aos incêndios, de atendimento pré-hospitalar e de perícias de incêndio, sendo considerado um período de grande desenvolvimento institucional devido à CTI.

Com a experiência de cooperação com a JICA, o CBMDF vivenciou um excepcional desenvolvimento, fato que proporcionou a institucionalização da Cooperação Técnica Internacional (CTI), possibilitando a realização de atividades com corpos de bombeiros de outras nacionalidades, aprimorando as diversas áreas de conhecimento, tanto operacionais quanto administrativas, visando alcançar a excelência dos serviços prestados à sociedade.

A República Federativa do Brasil é subdividida em 26 Estados e o Distrito Federal onde está localizada Brasília a capital federal² (v. Anexo I), sendo que os corpos de bombeiros brasileiros são todos militares e estaduais. Com isso, existem 27 corpos de bombeiros no Brasil, independentes entre si, não existindo um órgão governamental central com a responsabilidade de gerenciar os corpos de bombeiros, ou seja, cada instituição é responsável pelo seu próprio desenvolvimento. A busca de conhecimentos e de boas práticas com outros bombeiros pelo mundo transformou o CBMDF em uma referência no atendimento às emergências, provocando inúmeras solicitações de cooperação dos demais corpos bombeiros brasileiros, possibilitando realizar as primeiras cooperações cedidas em âmbito nacional.

Ademais, como o Brasil é um país de dimensões continentais, anualmente ocorrem desastres de grande magnitude, como inundações, deslizamentos de terra, rompimentos de barragens, incêndios florestais entre outros. Tais eventos normalmente extrapolam as capacidades dos corpos de bombeiros estaduais, sendo solicitado apoio ao CBMDF, fato que motivou a estruturação de uma equipe de intervenção rápida, para auxiliar nas respostas fora do território do Distrito Federal.

A equipe de intervenção rápida do CBMDF é composta por militares altamente especializados, capazes de desempenhar diversas funções em um território devastado, contando com uma logística necessária para mantê-los autossuficientes no local, com o objetivo de ajudar o sistema de emergência instalado para atender eventos de grande magnitude.

O Haiti foi acometido, em janeiro de 2010, por um grande terremoto, próximo da capital Porto Príncipe, com a magnitude de 7.0 na escala Richter, afetando cerca de três milhões de pessoas, deixando como consequência a morte de 230 mil pessoas e um país destruído (Barros & Borges, 2018 e ONU, 2023). Tal desastre extrapolou a capacidade de resposta do país, sendo solicitado apoio ao CBMDF para auxiliar nas buscas das vítimas. Prontamente foi enviada uma equipe de intervenção rápida em estruturas colapsadas, fato que externalizou, para a comunidade internacional, a competência e profissionalismo do CBMDF.

² Mapa com a divisão política dos estados brasileiros (IBGE, 2024a)

Após um desastre de repercussão mundial, provocando um temor generalizado, foram surgindo outras solicitações de CTI, onde países em desenvolvimento, principalmente da América Latina, identificaram as fragilidades de suas instituições com relação a uma possível resposta em uma emergência decorrente de um desastre natural, pois os países da América Central e Caribe estão localizados em uma zona com demasiada vulnerabilidade para ocorrências de desastres naturais.

Com o aumento da demanda por CTI, o CBMDF resolveu centralizar as ações de cooperação em uma assessoria ligada diretamente ao comando de corporação, criando, por meio de uma portaria, em 2011, uma assessoria internacional, denominada de Assessoria para Acordos de Cooperação (ASCOP), com as seguintes atribuições:

Art. 4º À Assessoria para Acordos de Cooperação (ASCOP), visando estabelecer parcerias em busca de oportunidades de cooperação e captação de recursos que contribuam para integrar o esforço de desenvolvimento da informação em ciência e tecnologia de segurança pública, bem como o intercâmbio e disseminação da informação e cultura científica e tecnológica de bombeiro, compete:

I - assessorar o Comandante-Geral nos assuntos inerentes aos acordos de cooperação técnico-científica nacionais e internacionais;

II - coordenar a execução da política de cooperação nacional e internacional do CBMDF;

III - promover e facilitar o diálogo e o entendimento do Comando da Corporação com organismos nacionais e internacionais, visando o estabelecimento de acordos de cooperação técnico-científica e o intercâmbio de experiências e informações;

IV - organizar programas de intercâmbio e missões nacionais e internacionais;

V - acompanhar o desenvolvimento e a execução de projetos e programas de pesquisa do CBMDF, desenvolvidos em cooperação com entidades congêneres brasileiras e estrangeiras e organismos nacionais e internacionais;

VI - detectar e promover iniciativas para captação de recursos, a partir de programas conjuntos com entidades nacionais e internacionais;

VII - dar suporte à área técnica na execução de programas e projetos de cooperação de âmbito nacional e internacional, visando ao desenvolvimento científico e tecnológico da Corporação;

VIII - instruir e acompanhar a tramitação, junto aos organismos governamentais, dos pedidos de afastamento do País de militares da Corporação, com vistas ao desenvolvimento e execução de acordos de cooperação;

IX - executar outras atribuições legais que lhe forem conferidas por autoridade competente.

Fonte: CBMDF, 2011.

A ASCOP é pautada em três linhas de ação, sendo a primeira e mais importante, o mapeamento de oportunidades para a cooperação técnica com outras instituições nacionais ou internacionais, a segunda linha de ação é a confecção de toda a documentação oficial necessária para viabilizar as ações de cooperações e, por último, ser o representante da corporação junto à comunidade internacional presente na capital brasileira.

Com a criação da ASCOP, surge uma referência de CTI no tema de preparação para enfrentamento das consequências causadas por desastres naturais, junto à comunidade internacional sediada na capital brasileira, surgindo então diversas solicitações de cooperação por parte dos representantes de países em desenvolvimento, visando melhorar as capacidades de resposta das instituições responsáveis pelos atendimentos às emergências em seus países.

Segundo a legislação do Brasil, a ABC é responsável por negociar, planejar e coordenar os projetos de cooperação para o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento. Neste caso, as referidas solicitações foram encaminhadas para tal agência, motivando a aproximação com o CBMDF, com objetivo de construir e executar os projetos de cooperação necessários para atender tais demandas, conforme tabela a seguir:

Tabela 3. Projetos de CTI executados pelo CBMDF

ANO	PAÍS	ATIVIDADES
2010	Armênia	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Atendimento pré-hospitalar. • Simulação computacional e Curso de combate aos incêndios.
2011	El Salvador	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Especialização em Prevenção de Incêndio. • Curso Perícia de Incêndio. • Curso e Intervenção em Produtos Perigosos.
2011	Países da África	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal.

2012	República Dominicana	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas. • Curso de Sistema de Comando de Incidentes. • Curso de Atendimento pré-hospitalar.
2015	República Dominicana	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas. • Curso de Resgate Veicular.
2015	El Salvador	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Operações em Incêndio. • Curso de Resgate Veicular.
2015	Nicarágua	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Operações em Incêndio. • Curso e Intervenção em Produtos Perigosos.
2016	Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Salvamento em Altura. • Curso de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal.
2016	Guatemala	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Salvamento em Altura. • Curso de Métodos e Técnicas de Ensino.
2017	Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal.
2017	Antioquia/Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Busca e Resgate em Áreas de Difícil Acesso.
2017	Honduras	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Operações em Incêndio. • Curso de Resgate Veicular.
2017	Panamá	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Gerenciamento de Eventos Massivos. • Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas

2018	Ucrânia	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas Técnicas
2019	Colômbia	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Tripulante Operacional. • Curso de Prevenção e Combate a Incêndio Florestal. • Orientações para certificar uma equipe USAR.
2021	Honduras	<ul style="list-style-type: none"> • Curso de Métodos e Técnicas de Ensino. • Curso de Operações em Incêndio. • Visitas Técnicas.
2022	El Salvador	<ul style="list-style-type: none"> • Curso Perícia de Incêndio. • Curso e Intervenção em Produtos Perigosos. • Visitas Técnicas.
2023	Equador	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas Técnicas. • Curso de Salvamento Aquático. • Curso de Salvamento em Altura.
2024	México	<ul style="list-style-type: none"> • Visitas Técnicas. • Curso de Busca e Resgate em Estruturas Colapsadas. • Curso e Intervenção em Produtos Perigosos.

Fonte: Arquivo de projetos de cooperação do CBMDF.

Os projetos de CTI executados pelo CBMDF, presentes na Tabela 3, serão em seguida descritos com a finalidade de esclarecer os objetivos de cada atividade, ressaltando que todos os projetos foram construídos com a participação das instituições envolvidas conforme as demandas apresentadas³. Numa visão global, apenas em três

³ A descrição dos projetos será feita com base nos documentos constantes nos arquivos de projetos de cooperação do CBMDF.

casos a cooperação do CBMDF foi realizada fora do contexto geográfico da América Latina, em 2010 com a Arménia, sendo a primeira ação dessa natureza no exterior, em 2011 com países africanos e, em 2018, com a Ucrânia.

Em 2010, o CBMDF foi convidado pela ABC para participar da elaboração e execução de um projeto de CTI com os Bombeiros da Arménia, sendo realizadas as atividades de capacitação em atendimento pré-hospitalar, onde os bombeiros arménios foram capacitados para prestar o melhor atendimento de acordo com as necessidades específicas de cada paciente e aplicar as melhores técnicas de suporte básico de vida para o atendimento pré-hospitalar. No mesmo projeto, foi apresentado um programa de simulação computacional sobre o comportamento do fogo em um incêndio, com o objetivo de auxiliar na capacitação que os bombeiros arménios tiveram na área de operações em incêndios, aprimorando habilidades necessárias para planejar, coordenar e executar atribuições inerentes à atividade de combate a incêndio urbano.

Com relação a El Salvador, foram realizados diversos projetos de CTI, sendo o primeiro em 2011, contendo as atividades de capacitação em especialização e prevenção de incêndio, onde os bombeiros salvadorenhos foram treinados para realizarem as atividades de vistorias técnicas e credenciamento de empresas da área de segurança contra incêndio e para as atividades de análise de projetos de incêndios. Em seguida, foram capacitados na área de perícia de incêndios, objetivando habilitá-los para o desempenho das funções e atribuições de investigação de incêndio, sendo a terceira atividade deste projeto o curso de intervenção em produtos perigosos, com o objetivo de capacitá-los para atuarem em ocorrências com possam ter a presença de produtos perigosos.

Ainda em 2011, foi construído um projeto com agentes de diversos países da África, com objetivo de capacitá-los na área de prevenção e combate a incêndio florestal, devido à semelhança da savana africana e o cerrado brasileiro, sendo transmitidas diversas técnicas de combate aos incêndios florestais e as ferramentas necessárias para o gerenciamento de ocorrências de grande magnitude.

Devido ao fatídico terremoto no Haiti, a República Dominicana solicitou auxílio, em 2012, ao governo brasileiro para capacitar seus agentes da defesa civil, sendo construído um projeto com três atividades: a primeira, o curso básico de busca e

resgate em estruturas colapsadas, onde foram transmitidas as técnicas que possibilitassem aos agentes dominicanos atuarem em uma ocorrência envolvendo um desabamento ou soterramento; a segunda atividade foi o curso de sistema de comando de incidentes, objetivando capacitá-los para atuarem na gestão de eventos de grande magnitude, a fim de otimizar os recursos e coordenar os trabalhos com outras instituições envolvidas; por fim, a terceira atividade, foi o curso de atendimento pré-hospitalar, capacitando os envolvidos para empregar a melhor técnica de acordo com as necessidades específicas e ser capaz de prestar o suporte básico de vida para os pacientes.

Com a República Dominicana foi construído um segundo projeto, em 2015, objetivando dar continuidade no fortalecimento de sua defesa civil, onde seus agentes foram capacitados com o curso de resgate veicular, com objetivo de prepará-los para desempenharem as ações de salvamento terrestre exigidas em uma ocorrência de acidente envolvendo veículos automotivos e, devido à vulnerabilidade da região em ser atingida por terremotos, foi realizado o curso intermediário de busca e resgate em estruturas colapsadas, onde foram transmitidas as técnicas de escoramento e rompimento de barreiras físicas para efetuar o resgate de vítimas presas nos escombros de uma edificação colapsada.

Em 2015 ainda, foi construído o segundo projeto de CTI com El Salvador, estando previsto as atividades de capacitação dos bombeiros salvadorenses em operações em incêndios, sendo transmitidas as técnicas necessárias para que possam atuar em ocorrências de incêndios urbanos e foi realizado o curso de resgate veicular, objetivando prepará-los para atenderem a acidentes envolvendo veículos automotivos.

No mesmo ano, o CBMDF ajudou a elaborar e executar um projeto de CTI com os bombeiros da Nicarágua, sendo realizadas as atividades de capacitação em operações em incêndios, onde foram aprimoradas as técnicas dos bombeiros de Manágua para atuarem com segurança em incêndios urbanos, e com o curso de intervenção em produtos perigosos, onde foram capacitados para atuar em acidente envolvendo produtos perigosos.

Com a Colômbia foi construído, em 2016, um projeto de CTI com o objetivo de aprimorar as capacidades dos bombeiros de Bogotá nas áreas de salvamento em

altura, devido o relevo acidental presente na região, sendo transmitidas as técnicas necessárias para o serviço de salvamento nas regiões montanhosas e nas áreas urbanas. Foram igualmente capacitados com o curso de prevenção e combate a incêndio florestal, sendo aplicadas as técnicas para o combate aos incêndios em vegetação nas regiões montanhosas.

Ainda em 2016, com a Guatemala, foi construído um projeto de CTI para fortalecer as capacidades das instituições que são responsáveis por atender as emergências, sendo realizadas as atividades de capacitação dos agentes em salvamento em altura, sendo considerada uma área crítica e de grande relevância e com a necessidade de ser desenvolvida. A outra atividade realizada foi o curso de métodos e técnicas de ensino, objetivando fortalecer as capacidades dos instrutores do país.

Os efeitos da mudança climática provocou uma diminuição drástica na quantidade de chuvas na região de Bogotá, provocando um aumento da quantidade e da magnitude dos incêndios florestais na região. Em consequência, o governo colombiano solicitou, em 2017, o apoio brasileiro para fortalecer os bombeiros de seu país no tema de prevenção e combate a incêndio florestal, visando sanar esta questão o mais breve possível, sendo elaborado, entre o CBMDF e a Direção Nacional de Bombeiros da Colômbia, um projeto com atividades relacionadas ao tema.

No dia 28 de novembro de 2016, ocorreu na região de Antioquia na Colômbia, o acidente aéreo com a equipe brasileira de futebol da Chapecoense. Devido ao local onde caiu a aeronave ser uma região de difícil acesso, os bombeiros tiveram grandes dificuldades para resgatar as vítimas e foi solicitado apoio ao CBMDF para capacitar os bombeiros de Antioquia no tema de busca e resgate em lugares de difícil acesso, sendo executadas as atividades em 2017.

Com as Honduras foi elaborado, em 2017, um projeto de CTI com objetivo de fortalecer as capacidades dos bombeiros hondurenhos nos temas de operações em incêndios e de resgate veicular.

A Proteção Civil do Panamá estava se preparando para um encontro religioso denominado como Jornada Mundial da Juventude, evento agendado para acontecer em 2019 e sendo caracterizado por uma grande concentração de pessoas. Antevendo isso, foi elaborado, em 2017, um projeto de CTI com o objetivo de preparar os órgãos

envolvidos para atuarem no evento sendo que a outra atividade realizada foi o curso de busca e resgate em estruturas colapsadas, onde foram transmitidas, aos agentes panamenhos, as técnicas necessárias para uma atuação em ocorrências envolvendo um desabamento ou soterramento.

Em 2018, foi elaborado um projeto de CTI entre o CBMDF e os bombeiros da Ucrânia, sendo caracterizado pela troca de conhecimentos e a busca do mútuo desenvolvimento, onde, por meio de visitas técnicas, o CBMDF buscou conhecimentos nas áreas de coordenação de aeronaves operacionais em uma grande ocorrência e no atendimento de ocorrências envolvendo materiais radioativos. Forneceu igualmente conhecimentos para os bombeiros ucranianos, nas áreas de combate aos incêndios florestais e de operações em incêndios urbanos.

Em 2019, foi construído um projeto de CTI entre o CBMDF e os bombeiros da Colômbia, sendo previstas atividades de compartilhamento de boas práticas das duas instituições, em que o CBMDF foi responsável por capacitar os bombeiros colombianos nos temas de busca e resgate com a utilização de aeronaves, onde os bombeiros colombianos seriam preparados para exercerem as funções de tripulante operacional, e na gestão de incêndios florestais de grandes proporções, e os bombeiros da Colômbia auxiliariam o CBMDF no processo de certificação de uma equipe USAR/INSARAG.

Em 2021, dando continuidade ao processo de cooperação com Honduras, foi elaborado o segundo projeto entre o CBMDF e os bombeiros deste país, estando previstas as atividades de operações em incêndios, com o objetivo de fortalecer as capacidades dos bombeiros hondurenhos para o atendimento de ocorrências de incêndios em edifícios altos. Foi ainda realizada uma visita técnica ao Brasil para que os bombeiros hondurenhos conhecessem a estrutura e o funcionamento do CBMDF. Por fim, foi realizado o curso de métodos e técnicas de ensino, objetivando fortalecer as capacidades dos instrutores do país, possibilitando multiplicar o conhecimento para os demais bombeiros hondurenhos.

Em 2022, foi construído mais um projeto com El Salvador, sendo priorizadas as áreas de atendimento aos acidentes envolvendo produtos perigosos, onde os bombeiros salvadorenhos foram capacitados para atuarem em ocorrências que possam ter a presença de substâncias químicas, biológicas ou radiológicas, a fim de garantir a

segurança das pessoas e preservar o meio ambiente. No mesmo projeto foi realizado o curso de perícia de incêndios, objetivando capacitar bombeiros para exercerem as funções de investigação de incêndios e, por fim, foi realizada uma visita técnica, com a intenção de apresentar a estrutura e o funcionamento do CBMDF.

Em 2023, foi elaborado um projeto com o Equador, visando capacitar os bombeiros e os agentes do Ministério do Turismo equatoriano, nos temas de salvamento em altura e salvamento aquático, devido a grande quantidade de acidentes que ocorrem durante a prática de esportes como a espeleologia e o rafting, pois as províncias de Napo e Tungurahua estão localizadas em uma zona intermediária entre os Andes e a Amazônia, sendo uma região muito atrativa para a prática dessas atividades.

Com o México foi construído um projeto de cooperação, em 2024, possibilitando a troca de experiências e de boas práticas entre os bombeiros mexicanos e os instrutores do CBMDF, nos temas de busca e resgate em estruturas colapsadas e de atendimento em acidentes envolvendo produtos perigosos.

4. ESTUDO DE CASO

O estudo de caso que será apresentado neste capítulo está relacionado com a experiência do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) com a Cooperação Técnica Internacional (CTI) envolvendo, países da América Latina, destacando-se a tentativa de elaboração de um projeto de cooperação com o Haiti, com objetivo de fortalecer as capacidades técnicas das instituições responsáveis pelo atendimento às emergências no país. Por outro lado, serão explorados com mais detalhes os projetos de CTI executados pelo CBMDF juntamente com os bombeiros de El Salvador, Nicarágua e Colômbia, sendo descritas as características peculiares de cada projeto.

4.1. Haiti

O Haiti é um país insular, com a capital em Porto Príncipe, está localizado na região do Caribe na América Central, possuindo a extensão territorial de 27.750 quilômetros quadrados e uma população de aproximadamente 12 milhões de habitantes (IBGE, 2024b), sendo considerado pelo Banco Mundial como um país extremamente vulnerável a desastres naturais e um dos mais pobres do mundo, com um PIB (produto interno bruto) de 1.694,1 dólares americanos e um Índice de Desenvolvimento Humano

(IDH) de 0,552, ou seja, na fronteira do desenvolvimento humano baixo e médio (BM, 2024a).

Após o fatídico abalo sísmico que devastou o Haiti em 2010, o governo brasileiro, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), enviou técnicos do CBMDF, no período de 19 a 25 de abril de 2010, para uma visita de prospecção e com objetivo de fazer um levantamento das necessidades e verificar a possibilidade de construção de um projeto de CTI, visando fortalecer as capacidades técnicas das instituições haitianas responsáveis pelos atendimentos aos desastres em seu território.

A delegação brasileira foi recebida por membros do governo haitiano, sendo identificadas as necessidades de capacitação nas áreas de evacuação de pessoas em locais de risco, de busca e salvamento, de atendimento pré-hospitalar, de administração de abrigos provisórios, de vistoria e elaboração de laudos técnicos em edificações danificadas, de combate aos incêndios estruturais e de perícia de incêndios.

Ao entrevistar Willian Augusto Ferreira Bomfim (Coronel do CBMDF), membro da delegação brasileira que realizou a visita de prospecção acima mencionada, foi relatado que “havia a necessidade de atualização dos conhecimentos e da compra de equipamentos para as instituições que atendem as emergências no Haiti”, sendo que essa informação foi transmitida pelos membros do governo haitiano. Porém, acrescentaram que, naquele momento, não possuíam estrutura para receber CTI e que diversos países estavam oferecendo ajuda.

4.2. El Salvador

El Salvador está situado na América Central, com uma população de aproximadamente 6.3 milhões de habitantes em um território de 21 mil quilômetros quadrados, sendo o menor país da região e com um grande potencial de desastres naturais, podendo ser provocados por abalos sísmicos, por furacões ou por erupções vulcânicas. Possui um IDH de 0,675 (desenvolvimento humano médio) (IBGE, 2024c e BM, 2024b).

Diante de tamanha vulnerabilidade e a possibilidade de ocorrências envolvendo desastres naturais, foram definidos três projetos de CTI entre o CBMDF e os bombeiros de El Salvador, sendo o primeiro em 2011, o segundo em 2015 e o terceiro em 2022.

O primeiro projeto, assinado em 2011, contemplava três atividades, sendo a primeira a capacitação em prevenção de incêndios, curso que possibilita os participantes a se especializarem nas atividades de vistoria técnica, credenciamento de empresas da área de segurança contra incêndio e análise de projetos, desenvolvendo uma padronização das atividades realizadas pelo bombeiro salvadorenho, com objetivo de diminuir a quantidade e a magnitude dos incêndios.

A segunda atividade foi o curso de perícia de incêndios, onde foram transmitidos os requisitos técnicos necessários para que os concludentes possam realizar a investigação de incêndio e explosão, sendo capacitados nas atividades de investigação de incêndio, de elaboração de laudos periciais, de coleta de dados e informações que serão analisados e aplicados no processo investigativo, tornando-se capaz de examinar locais sinistrados por incêndio e explosão, reconstituindo ambientes para analisar peças, materiais, documentos e outros vestígios relacionados com o sinistro, produzir documentos para a retroalimentação do ciclo do incêndio.

Por fim, o curso de intervenção em acidentes envolvendo produtos perigosos, objetivando treinar os bombeiros salvadorenhos para analisar um incidente com produtos químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares, e torná-los capazes de visualizar a extensão do problema e suas possíveis consequências, realizar um planejamento para a resposta inicial conforme os equipamentos de proteção disponíveis no momento e avaliar o progresso das ações a serem realizadas para garantir um atendimento seguro para os envolvidos e garantir o menor dano ambiental possível.

O segundo projeto, construído em 2015, teve como atividades o curso de operações em incêndios, capacitando os bombeiros de El Salvador para o combate aos incêndios urbanos, desenvolvendo e aprimorando habilidades necessárias para planejar, coordenar e executar atribuições inerentes à atividade, estando preparados para o enfrentamento de condições severas e adversas envolvendo fogo, calor e fumaça em ambientes confinados.

A segunda atividade do referido projeto foi o curso de resgate veicular, onde os alunos foram treinados para coordenar e executar as ações de salvamento terrestre exigidas em uma ocorrência de acidente envolvendo veículos automotivos, sendo

transmitidas as melhores técnicas a serem empregadas de acordo com as características de cada veículo.

Durante a Reunião de Grupo de Trabalho Brasil-El Salvador, em 2022, com a participação dos bombeiros dos dois países, foi construído o terceiro projeto de CTI entre as instituições. Aí, foram solicitadas, pela parte salvadorenha, as atividades de capacitação em perícia de incêndios, de intervenção em acidentes envolvendo produtos perigosos e uma visita técnica de uma delegação salvadorenha ao CBMDF, objetivando conhecer a estrutura e o funcionamento, tanto dos setores administrativos quanto dos setores operacionais dos bombeiros brasileiros do Distrito Federal, onde são aplicadas todas as técnicas necessárias para salvar vidas e preservar o patrimônio e o meio ambiente.

Com relação ao terceiro projeto, de 2022, nota-se que ocorreu a duplicidade de atividades realizadas no primeiro projeto, sendo que durante a reunião de elaboração do mesmo foi questionado sobre a escolha de atividades que já teriam sido realizadas em um projeto anterior, indagando que poderia ser a oportunidade de serem realizadas outras atividades e a aquisição de novos conhecimentos. Contudo, os membros dos bombeiros de El Salvador afirmaram que as capacitações solicitadas seriam de extrema importância para o país e que os bombeiros que participaram da primeira capacitação já estavam aposentados, causando uma descontinuidade dos serviços prestados.

4.3. Nicarágua

A Nicarágua é o maior país da América Central, com uma extensão territorial de 130.373 quilômetros quadrados, com uma população de aproximadamente sete milhões de habitantes, com o IDH de 0,667 (desenvolvimento humano médio) e um produto interno bruto de 15,6 bilhões de dólares americanos. É um dos países mais pobres da região, sua base econômica está ligada à produção de manufatura leve, prestação de serviços e agricultura (IBGE, 2024d e BM, 2024c).

O governo da Nicarágua solicitou cooperação técnica ao Brasil com o objetivo de fortalecer os bombeiros em seu país, desenvolvendo conhecimentos para atender às emergências de uma forma segura e eficiente. Com isso, foi realizada uma reunião, com a participação de membros do CBMDF e dos bombeiros da Nicarágua, visando construir conjuntamente um projeto de CTI que atendesse à solicitação.

Durante a reunião foi estabelecido que o projeto de cooperação técnica seria composto pelas atividades de capacitação de operações em incêndios, onde instrutores do CBMDF iriam treinar os bombeiros nicaraguenses com as técnicas necessárias para planejar, coordenar e executar as atividades exigidas para o combate de um incêndio estrutural, sendo capazes de empregar técnicas avançadas que possibilitem controlar e extinguir o fogo com eficiência, priorizando a segurança de pessoas presentes no local e dos bombeiros designados para atuarem em uma operação dessa natureza.

No referido projeto foi realizado o curso de intervenção em acidentes envolvendo produtos perigosos, pois os bombeiros da Nicarágua não possuíam conhecimento para atenderem a ocorrências que tivessem a presença de agentes químicos, biológicos, radiológicos ou nucleares, tornando um cenário de grande vulnerabilidade para as vítimas e para os bombeiros, necessitando serem capazes de identificar o material perigoso envolvido no acidente, planejar e executar as ações necessárias, visando garantir a segurança de pessoas e minimizar os danos ao patrimônio e ao meio ambiente.

Um fato que demonstra a eficiência da Cooperação Sul-Sul (CSS) foi relatado por Ramón Landero Pichardo, Comandante Geral dos Bombeiros da Nicarágua, quando no dia 17 de agosto de 2016, os bombeiros foram acionados para uma ocorrência de incêndio em uma refinaria de petróleo localizada a cerca de 70 quilômetros da capital Manágua, afirmando que “foi um incêndio muito grande e muito perigoso, com a explosão de um tanque de combustível com a capacidade de armazenamento de cerca de 150.000 barris, tornando uma operação muito complexa, pois ficamos vários dias controlando o incêndio... A capacitação que tivemos com os instrutores do CBMDF foi muito importante para o sucesso da operação”.

4.4. Colômbia

A Colômbia é um país da América do Sul cuja capital é a cidade de Bogotá, contendo uma extensão territorial de 1,14 milhão de quilômetros quadrados, com uma população de aproximadamente 52 milhões de habitantes e um IDH de 0.752 (desenvolvimento humano alto), muito próximo ao do Brasil que é de 0,754. Este fato favorece a construção de projetos de CSS com custos divididos e com intercâmbio de boas práticas. Os dois países compartilham 1600 quilômetros de fronteiras na região de

floresta amazônica, onde são acometidos pelos problemas dos incêndios florestais, situação que provoca a necessidade de uma maior interação para o atendimento dessas ocorrências (IBGE, 2024e e BM, 2024d).

Com o advento das mudanças climáticas, a capital colombiana, situada em uma região montanhosa, com altitude de 2700 metros do nível do mar e com um clima frio e húmido, presenciou o aumento das temperaturas e de grandes períodos de estiagem, provocando o surgimento inesperado de incêndios florestais nos arredores do Bogotá. Com isso, em 2016, o governo colombiano solicitou ao Brasil apoio para capacitar seus bombeiros no tema de incêndios florestais em regiões montanhosas, com objetivo de prepará-los para enfrentar uma nova realidade emergencial.

Diante a solicitação colombiana, o governo brasileiro, por meio da ABC e do CBMDF, participou de uma reunião, com a presença da Agência Presidencial de Cooperação (APC) da Colômbia e com membros da Direção Nacional dos Bombeiros da Colômbia (DNBC), com objetivo de elaborar conjuntamente um projeto de CTI. O fruto da referida reunião foi um projeto contendo duas atividades de capacitação, sendo a primeira o curso de combate aos incêndios florestais, onde os bombeiros do CBMDF foram responsáveis por transmitir as técnicas necessárias para compreender o comportamento do fogo de acordo com as características específicas do relevo e do bioma da região. Deste modo, podendo-se avaliar as situações de risco durante uma operação, foi repassado a forma correta de utilização das ferramentas e equipamentos para o combate aos incêndios florestais, de acordo com a tática a ser empregada em cada situação.

A segunda atividade definida foi o Curso de Salvamento em Altura, com o objetivo de capacitar os bombeiros colombianos com técnicas de salvamento vertical, permitindo a transposição de barreiras e auxiliar no combate aos incêndios florestais, em regiões de relevo acidentado, com o máximo de eficiência e segurança.

Como a demanda era muito grande em formar os bombeiros colombianos para atuarem na extinção dos incêndios florestais na região de Bogotá, foi construído no ano seguinte, em 2017, o segundo projeto de CTI com o tema em questão, com o objetivo de aumentar o número de bombeiros capacitados.

No dia 29 de novembro de 2016, ocorreu o trágico acidente aéreo com a equipe brasileira de futebol da Chapecoense, nas proximidades da cidade de Medellín, do departamento de Antioquia na Colômbia, com 77 pessoas a bordo. O acidente resultou em 71 vítimas fatais e seis sobreviventes. Como o desastre ocorreu em uma região montanhosa de difícil acesso, a equipe de salvamento relatou que tiveram grandes dificuldades para o resgate das vítimas na região.

Após a operação de resgate das vítimas do referido acidente, foi realizada uma reunião para avaliar a atuação dos bombeiros e foi constatada uma grande dificuldade técnica durante o evento. Isso motivou a elaboração de um terceiro projeto de CTI em 2017, com o envolvimento do CBMDF e dos bombeiros de Antioquia, sendo definida a atividade de capacitação no tema de busca e resgate em locais de difícil acesso, onde foi customizado um curso com foco nas características da região. Foram igualmente repassadas as técnicas de busca e salvamento em áreas remotas, possibilitando que os bombeiros locais acedam à região, utilizando a melhor estratégia para desempenhar a atividade da melhor forma possível, visando manter a integridade física das vítimas e dos socorristas.

Em 2019, o CBMDF foi convidado para participar de um encontro diplomático de cooperação técnica entre o Brasil e a Colômbia, denominado de Grupo de Trabalho, onde diversas instituições dos dois países se reúnem para tratar de projetos referentes à CSS, com o objetivo de discutir e encontrar soluções para problemas comuns e viabilizar a troca de experiências exitosas. Sendo coordenado pela ABC e pela APC, foi negociado um projeto de CTI entre os bombeiros dos dois países, contendo três atividades e custo compartilhado, onde as duas instituições iriam ceder e receber cooperação.

A primeira atividade prevista no projeto foi o curso de operações aéreas, onde técnicos do CBMDF capacitaram os bombeiros colombianos para desempenharem as atribuições funcionais de um tripulante operacional, dominando as técnicas de salvamento terrestre, de busca e resgate, de emergência médica pré-hospitalar, juntamente com o emprego de procedimentos aeronáuticos e dos conceitos aplicados à segurança de voo, objetivando instituir o serviço de busca e resgate com a utilização de helicópteros na Colômbia.

A segunda atividade foi o curso de prevenção e combate a incêndios florestais de grande magnitude, sendo repassadas, por instrutores do CBMDF, as ferramentas necessárias para atuarem com eficiência em incêndios florestais de grandes proporções, onde é exigida uma grande organização de forma modular, viabilizando o gerenciamento integral dos recursos. Isto possibilita a permanência em uma ocorrência de longa duração, sendo definidas as funções e atribuições de cada chefia, repassando as técnicas e táticas que o chefe de operações pode utilizar conforme a necessidade, capacitando o chefe da logística para otimizar a utilização dos recursos disponíveis, visando garantir o combate de forma organizada e segura para os bombeiros.

Para o terceiro projeto houve que contar com o suporte do INSARAG (International Search and Rescue Advisory Group). Sediado no escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), encontra-se este grupo consultivo INSARAG, estabelecido em 1991, com atividades descritas na Resolução 57/150 da Assembleia Geral da ONU de 16 de Dezembro de 2002, objetivando viabilizar o compartilhamento de conhecimentos e definir padrões de procedimentos referentes ao serviço de salvamento e resgate urbano e facilitando a coordenação em um desastre de grande magnitude, quando existe a necessidade do trabalho de diferentes equipes USAR (Urban Search and Rescue).

O CBMDF está no processo de formação e estruturação de uma equipe USAR internacional. Para isso é necessário que esta equipe seja submetida a uma avaliação de suas capacidades operacionais, logísticas e administrativas conforme os padrões estabelecidos pela INSARAG. Tal avaliação ocorre em um grande simulado, onde técnicos da INSARAG observam o desempenho dos envolvidos, tornando-se uma equipe USAR/INSARAG certificada caso logre êxito no processo avaliativo.

Entretanto, durante a preparação para a certificação, a INSARAG recomenda a supervisão por uma equipe já certificada. Com isso, sabendo que os bombeiros de Bogotá possuem uma equipe USAR/INSARAG certificada, foi negociada a terceira atividade do projeto de CTI, sendo estabelecida que a equipe colombiana faria uma mentoria durante o processo de preparação para a certificação da equipe USAR do CBMDF, sendo devidamente orientados os responsáveis por cada setor da equipe brasileira, com relação aos equipamentos necessários, às técnicas a serem empregadas, o

número e as habilidades de cada membro da equipe e com relação ao preenchimento dos relatórios que devem ser encaminhados para a INSARAG.

5. REFLEXÃO

Na conjugação da abordagem da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento com a análise de casos concretos, observa-se uma relação estreita, onde os projetos de cooperação devem caminhar sempre guiados pelos princípios e objetivos estabelecidos nos referenciais teóricos, visando o máximo de eficiência em seus resultados.

Segundo Afonso e Fernandes (2005), ao classificar os projetos de cooperação escolhidos para o estudo de caso deste trabalho, observa-se que se trata de uma cooperação pública, pois foram utilizados recursos governamentais, bilateral com relação aos canais de execução, pois cada projeto conta com o envolvimento de apenas dois países, do tipo Cooperação Sul-Sul ou horizontal, sendo realizados entre países em desenvolvimentos, e por último, de cariz técnico, pois trata de fortalecimento de capacidades técnicas presentes nos países em desenvolvimento, por meio de intercâmbio de experiências e conhecimentos (Ayllón, 2006).

Com este estudo de casos de Cooperação Sul-Sul, onde projetos de cooperação técnica foram executados com a participação do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal do Brasil, com o objetivo de capacitar, de forma perene, instituições responsáveis pelo atendimento às emergências do Haiti, de El Salvador, da Nicarágua e da Colômbia, onde pretendemos ter vertido uma reflexão sobre casos práticos e que conjugam a teoria e os resultados concretos.

No caso do Haiti, foi a primeira grande experiência da cooperação militar e num cenário catastrófico, quando uma equipe do CBMDF atuou na resposta aos danos causados pelo terremoto em 2010, e que apesar da impossibilidade da construção de um projeto de cooperação entre o CBMDF e os bombeiros do Haiti, o caso vale uma reflexão, pois a atuação de uma equipe do CBMDF foi o agente ígneo da cooperação dos bombeiros brasileiros. O temor causado nos países localizados na América Central, Caribe e América do Sul, acendeu o sinal de alerta destes países relativamente à necessidade do fortalecimento de suas instituições.

Como o Haiti se encontrava bastante fragilizado após o referido terremoto, não existia um cenário favorável para a construção de uma cooperação técnica efetiva. Naquele momento, não era possível promover a transferência de conhecimentos, tão pouco ele seria absorvido e disseminado nas instituições haitianas a fim de desenvolver as suas capacidades.

Com relação aos projetos de cooperação entre o CBMDF e os bombeiros de El Salvador, todos foram construídos conforme as diretrizes da cooperação brasileira, estabelecidas pela Agência Brasileira de Cooperação, sendo observados os pontos referentes à formulação conjunta dos projetos, sem condicionalidade, com ênfase no desenvolvimento de capacidades por meio de transferência de conhecimentos, conforme as prioridades salvadorenhas. Contudo, ao observar os projetos executados, nota-se que a questão referente à disseminação dos conhecimentos não foi devidamente priorizada, gerando um comprometimento à sustentabilidade dos resultados e comprometendo a qualidade da cooperação realizada.

Ao ter conhecimento da participação, bem sucedida, dos bombeiros da Nicarágua num incêndio de grande magnitude numa refinaria nas proximidades da capital Manágua, observa-se que os objetivos e diretrizes da Cooperação Sul-Sul (CSS) foram cumpridos, ao respeitar-se a relação de horizontalidade entre o CBMDF e os bombeiros nicaraguenses, isto é, com a construção conjunta das estratégias de cooperação, sem condicionalidade, buscando o desenvolvimento das capacidades por meio da transferência de conhecimentos que integraram as práticas dos bombeiros da Nicarágua, gerando um impacto de âmbito nacional.

Com relação à Colômbia, os projetos de cooperação foram construídos segundo às diretrizes da cooperação brasileira, sendo todos muito bem executados e alcançando os resultados esperados, demonstrando a necessidade de uma caminhada conjunta entre a teoria e a prática na CSS. Uma vez mais, também aqui, foi imprescindível ser observada, no momento da construção do projeto, a relação de horizontalidade e o engajamento das partes envolvidas, sem qualquer condicionalidade, com objetivo de desenvolver as capacidades institucionais por meio da transferência de conhecimentos. Alcançou-se, deste modo, resultados que produziram impactos num

cenário nacional, ao otimizar os combates aos incêndios florestais em várias regiões da Colômbia.

Outro ponto importante que merece destaque está relacionado com o projeto de cooperação firmado entre os bombeiros da Colômbia e o CBMDF, com custo compartilhado e onde as duas partes receberam e doaram conhecimentos, podendo ser considerado a verdadeira Cooperação Sul-Sul: dois países em desenvolvimento se reúnem para melhorar suas capacidades técnicas e encontrar soluções para problemas comuns.

Ao observar este conjunto de estudo de caso, nota-se que a CSS é capaz de trazer soluções para países que compartilham desafios semelhantes, onde se trocam conhecimentos sobre as estratégias exitosas, que regularmente foram bem sucedidas sem a disponibilidade de muitos recursos financeiros, fato que aumenta a possibilidade de uma cooperação positiva devido às realidades restritivas orçamentárias dos países em desenvolvimentos envolvidos.

Embora resulte do que acabou de ser sumariado dos casos em estudo nesta dissertação os seus aspectos que justificam a necessidade da Cooperação Sul-Sul, no entanto há ainda um caminho a percorrer para que se possa melhorar a cooperação técnica descrita, acreditando que a implementação de uma cultura avaliativa dos projetos de cooperação, sendo aplicada uma avaliação formativa intercalar, realizada durante a execução do projeto e garantindo a possibilidade da elaboração de ajustes visando alcançar os resultados esperados.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, deve fazer parte do escopo do projeto uma avaliação sumativa de resultado, realizada após as atividades terem sido executadas, visando mensurar os efeitos causados pela cooperação na instituição receptora, possibilitando orientar sobre a sustentabilidade dos resultados e colher informações para promover melhorias em uma próxima cooperação.

6. CONCLUSÃO

Esse trabalho teve como objetivo estudar as experiências vivenciadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), onde foram planejados, constituídos e executados vários projetos de Cooperação Técnica, seguindo as diretrizes da

Cooperação Sul-Sul estabelecidas pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC), em parceria com instituições responsáveis por atender emergências principalmente em países da América Latina.

O início das demandas de cooperação chegaram ao governo brasileiro após o fatídico terremoto que atingiu o Haiti em 2010. O CBMDF, que participou da resposta ao incidente, foi convidado para atender essas demandas. Na seleção de estudo de casos foram selecionadas as cooperações técnicas realizadas com El Salvador, com a Nicarágua, com a Colômbia e a tentativa de cooperação com o Haiti.

Nesta dissertação, e para contextualizar a cooperação realizada pelo CBMDF, foi trabalhado um referencial teórico, retratando historicamente a evolução da CID, iniciado com a criação do Plano Marshall imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, e até os tempos atuais, tendo sido destacado o surgimento da modalidade de cooperação Sul-Sul ou horizontal, em que países em desenvolvimento se reúnem para buscar soluções para seus problemas. É nessa esteira que o Brasil criou em 1987 a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que tem a responsabilidade da gestão da cooperação brasileira.

Ao longo do tempo o Brasil foi um grande receptor de ajuda internacional e continua a recebê-la. Porém, nas últimas duas décadas, juntamente com outros países emergentes, passou a (prover) ser também um actor na cooperação internacional, utilizando as ferramentas da Cooperação Sul-Sul para transmitir conhecimentos e boas práticas de instituições sólidas do Brasil para países em desenvolvimento.

O terremoto que atingiu o Haiti em 2010, causando uma grande tragédia de repercussão mundial, gerou um grande temor internacional e um questionamento em relação às capacidades das instituições em vários países para responderem com eficiência a um evento de grande magnitude. O Haiti, em primeiro lugar, mas depois outros países, enviaram ao governo brasileiro as solicitações de cooperação na temática de resposta às emergências e convidou o CBMDF para atender essas demandas.

Para este trabalho foram escolhidos quatro casos, sendo o primeiro com o Haiti. Apesar de ser o país que gerou as demandas de cooperação e onde o CBMDF atuou na resposta ao citado terremoto, foi observado, numa visita de prospecção, que não preenchia os requisitos necessários para a construção de uma cooperação próspera

por ausência de capacitação institucional e recursos. Já no segundo país estudado, El Salvador, foram construídos três projetos de cooperação, com atividades devidamente executadas e com uma efetiva transmissão dos conhecimentos. Contudo, esses conhecimentos não foram replicados para os demais membros dos bombeiros salvadorenhos provocando a falta de sustentabilidade dos resultados e a descontinuidade dos serviços prestados à sociedade. No caso do terceiro país estudado, a Nicarágua, as atividades foram executadas e os conhecimentos foram integrados nas práticas dos bombeiros nicaraguenses, sendo isso comprovado na atuação em um grande incêndio ocorrido numa refinaria nas proximidades da capital Manágua, minimizando os prejuízos materiais e evitando a perda de vidas humanas. Por fim, o estudo da cooperação com a Colômbia onde foram construídos excelentes projetos que auxiliaram os bombeiros colombianos na extinção dos incêndios florestais e na preservação do meio ambiente. Entretanto foi concretizado um projeto de cooperação onde os dois países receberam e doaram cooperação e compartilharam os custos, caracterizando um verdadeiro projeto de cooperação Sul-Sul.

Diante ao exposto, pode-se concluir que a Cooperação Sul-Sul não tem o objetivo de substituir a cooperação tradicional Norte-Sul no âmbito da Cooperação Internacional e no apoio ao Desenvolvimento, mas sim, serem complementares. Pesem embora as dificuldades e as limitações que sobressaíram também da apresentação dos casos aqui abordados, ressalta que os seus aspetos positivos justificam a insistência na cooperação técnica, e não só, entre os países do Sul.

BIBLIOGRAFIA

- ABC (Agência Brasileira de Cooperação), *Histórico*. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/sobreabc/historico>. Acesso em: 23 abr. 2024a.
- ABC (2024b), *Diretrizes para o Desenvolvimento da Cooperação Técnica Internacional Multilateral e Bilateral*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2024b
- ABC (2013), *Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul*. Brasília: Agência Brasileira de Cooperação, 2013.
- Afonso, M., & Fernandes, A. P. (2005). *abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento*. Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr/Oikos, 2005.
- Ayllón, B. (2006). “O Sistema Internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu Estudo nas Relações Internacionais: Evolução Histórica e Dimensões Teóricas”, *Revista de Economia & Relações Internacionais*, Vol.5(8).
- Baranyi, S., Feldmann, A. E., & Bernier, L. (2015), “Solidarity forever? ABC, ALBA and South–South Cooperation in Haiti”, *Third World Quarterly*, vol.36(1), pp. 162–178. <https://doi.org/10.1080/01436597.2015.976041>
- Barros, A. F. O., & Borges, L. M. (2018). “Reconstrução em Movimento: Impactos do Terremoto de 2010 em Imigrantes Haitianos”. *Psicologia:Ciência e Profissão*, vol.38(1), 157-171. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003122016>.
- Birn, A.-E., Muntaner, C., & Afzal, Z. (2017). “South-South cooperation in health: bringing in theory, politics, history, and social justice”, *Cadernos De Saúde Pública*, (33). <https://doi.org/10.1590/0102-311X00194616>.
- BM (Banco Mundial) (2024a). *Visão Geral Haiti*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/haiti/overview>. Acesso em: 21 set. 2024.
- BM (Banco Mundial) (2024b). *Visão Geral El Salvador*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/elsalvador/overview>. Acesso em: 21 set. 2024.
- BM (Banco Mundial) (2024c). *Visão Geral Nicarágua*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/nicaragua/overview>. Acesso em: 21 set. 2024.
- BM (Banco Mundial) (2024d). *Visão Geral Colômbia*. Disponível em: <https://www.worldbank.org/en/country/colombia/overview>. Acesso em: 21 set. 2024.
- Brun, E. (2018). “La cooperación Sur-Sur de Brasil, Chile y Venezuela: interés y pérdida de esencia”. *Revista CIDOB d’Afers Internacionals*. 171-194. <https://www.researchgate.net/publication/330206285>.
- CBMDF (Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal), *História*, Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/sobre-o-cbmdf>. Acesso em 20 de jun. 2024a.

CBMDF (Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal), *Atribuições*, Disponível em: <https://www.cbm.df.gov.br/missao-visao-e-valores-do-corpo-de-bombeiros>. Acesso em 20 de jun. 2024b.

Diko, N., & Sempijja, N. (2020) “Does participation in BRICS foster South-South cooperation? Brazil, South Africa, and the Global South”, *Journal of Contemporary African Studies*, vol.39(1), 151-167. <https://doi.org/10.1080/02589001.2020.1837746>.

Ferreira, J. R., Hoirisch, C., Fonseca, L. E., & Buss, P. M. (2016). “Cooperação internacional em saúde: o caso da Fiocruz”. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol.23(2), 267–276. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702016000200002>

Gomes, G. Z., & Esteves, P. (2018). “The BRICS effect: Impacts of South–South Cooperation in the social field of international development cooperation”. *IDS Bulletin*, vol.49(3). <https://www.researchgate.net/publication/326698997>

Hochstetler, K., & Inoue, C. Y. A. (2019). “South-South relations and global environmental governance: Brazilian international development cooperation”. *Revista Brasileira De Política Internacional*, vol.62(2), e004. <https://doi.org/10.1590/0034-7329201900204>

Huitrón, A. (2019). “Ecosistemas Multiactor en la Cooperación Sur-Sur: Un Prerrequisito para Lograr la Apropiación Nacional”. *OASIS*. 73-99. <https://www.researchgate.net/publication/337200877>

Huitrón, A. (2021). “Valorando la Cooperación Sur-Sur. El caso de Chile hasta 2019”. *América Latina Hoy*. (87), 1-23. <https://www.researchgate.net/publication/349442333>.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2024a), *Atlas Geográfico Escolar*. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/brasil/3036-federacao-e-territorio/unidades-politico-administrativas.html>. Acesso em: 21 set. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2024b), *Visão Geral Haiti*. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/haiti>. Acesso em: 21 set. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2024c), *Visão Geral El Salvador*. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/el-salvador>. Acesso em: 21 set. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2024d), *Visão Geral Nicarágua*. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/nacaragua>. Acesso em: 21 set. 2024.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2024e), *Visão Geral Colômbia*. Disponível em: <https://paises.ibge.gov.br/#/dados/colombia>. Acesso em: 21 set. 2024.

Larionova, M. & Safonkina, E. (2018). “The First Five Decades of Cooperation for Development. Actors, Achievements and Challenges”. *International Organisations Research Journal*. (13), 96-121. <https://www.researchgate.net/publication/330655602>.

Lassance, A. (2021). *O Plano Marshall: uma abordagem atual à formulação, ao desenho e à coordenação de políticas públicas e programas governamentais*. Brasília: Ipea.

Morasso C., & Lamas L. (2020). “International Organizations diffusion in South-South Cooperation dynamics. Notes on the Uruguayan case in the 21st Century”. *Revista Brasileira De Política Internacional*, vol.63(2), e005. <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000205>.

Moreira, A. (2020). “From the paradigmatic to the practical battlefield: Southern development cooperation practices in a traditional aid hosting context”. *Revista Brasileira De Política Internacional*, vol.63(2), e004. <https://doi.org/10.1590/0034-7329202000204>

Morvaridi, B., & Hughes, C. (2018). “South–South Cooperation and Neoliberal Hegemony in a Post-aid World”. *Development and Change*, vol.49(3), 867–892. <https://doi.org/10.1111/dech.12405>

ONU. (Organização das Nações Unida) (2023), “ONU marca 13 anos de terremoto que arrasou Haiti”. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2023/01/1807987>. Acesso 20 jul. 2024.

ONU. United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC). Disponível em: <https://unsouthsouth.org/about/about-sstc/>. Acesso em: 23 abr. 2024.

ONU. (Organização das Nações Unidas) (1971), *International Development Strategy for the 2nd United Nations Development Decade*. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/201726?ln=en&v=pdf>. Acesso 20 jul. 2024.

Oran, I. B., & Azer, O. A. (2021). “International Development Perception Changing with Globalization and International Cooperation Activities of Turkey”. *Journal of Organizational Behavior Research*, vol.6(1), 189-202. <https://doi.org/10.51847/MDT3oUvccH>.

Pessina, M. E. H., Coelho, A. P. B., Fadul, É. M. C., & Monteiro, A. de O. (2022). Cooperação internacional para o desenvolvimento e financiamento externo para o Brasil: uma macroanálise do período entre 2000 e 2020. *Revista De Administração Pública*, vol.56(2), 248–274. <https://doi.org/10.1590/0034-761220210294>

Pino, B. A. (2014), “Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul” in Souza, A. M. (Org.). “Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento”. Brasília: Ipea, 2014. pp. 57–86

Puente, C. A. I. (2010) *A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento da política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento CTPD-no período 1995-2005*. Brasília: pp. 102-103. <https://funag.gov.br/loja/download/715->

Cooperacao_Tecnica_Horizontal_Brasileira_como_Instrumento_da_Politica_Externa_A.pdf

Salinas, A. C. F. (2022). “Un acercamiento a la educación para el desarrollo: breve revisión de la cooperación internacional para el desarrollo”. *Historia Actual Online*, vol.3(59), 207-222. <https://doi.org/10.36132/hao.v3i59.2242>

Semrau, F. O., & Thiele R. (2016). “Brazil’s Development Cooperation: Following in China’s and India’s Footsteps?”. *Journal of International Development*, vol.29(3), 287-307. <https://www.econstor.eu/handle/10419/140904>.

Souza, A. M. (Org.) (2014). *Repensando a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional*, Brasília: IPEA

Unceta K., & Gutiérrez-Goiria J. (2018). “International Cooperation and the Development debate: the shortcomings of theory versus the allure of Agendas”. *Revista de Economía Mundial*, (50), 107-126. <https://www.researchgate.net/publication/330728164>.

ANEXO

I. Mapa com a divisão política dos estados brasileiros.



FONTE: IBGE